



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SERGIPE
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO
RECORTE DE JORNAIS

Jornal da Cidade - 17 a 19/09/2016

Indenizar-SE descobre rombo de R\$ 5 milhões

Operação policial constata que 15 vereadores e 4 advogados provocaram desfalque milionário ao erário

Antônio Carlos Garcia
DA EQUIPE JC

Os 15 vereadores e os quatro advogados investigados na Operação Indenizar/SE, desencadeada em março, foram denunciados pelos crimes peculato [desvio de recursos públicos], falsidade ideológica e formação de quadrilha, informou ontem o promotor de Justiça do Patrimônio Público, Bruno Melo Moura. Ele provocaram um rombo milionário nos cofres públicos de quase R\$ 5 milhões. Segundo Bruno, o advogado e ex-vereador Alcivan Menezes “é o chefe da quadrilha” e oito dos 15 vereadores continuaram a atuação criminoso mesmo depois de iniciada investigação, sendo que Agamenon Sobral (PHS) e Tijó Barreto Evangelista (PR) foram mais adiante: passaram a embolsar toda verba indenizatória – R\$ 15 mil.

Ontem pela manhã, no Ministério Público Estadual (MP) promotores de Justiça e os delegados do Departamento de Crimes contra a Ordem Tributária e Administração Pública (Deotap) reuniram a imprensa para uma entrevista coletiva com o objetivo de mostrar os detalhes da investigação que durou seis meses e produziu um inquérito com 19 volumes e seis mil páginas.

Os promotores Bruno Melo Moura e Henrique Cardoso lamentaram que a Justiça tenha libertado, em menos de 24 horas, os vereadores Agamenon Sobral e Tijó Barreto, apesar deles terem – na visão de Bruno – desrespeitado o Poder Judiciário ao continuarem a cometer o mesmo crime e num grau maior. Os promotores já estão tomando as medidas jurídicas a fim de reverter a situação. Ou seja, leva-los à prisão



André Moreira

PROMOTORES de Justiça e delegados do Deotap revelaram detalhes da investigação sobre desvios das verbas indenizatórias

novamente, como também, garantir que eles fiquem afastados das funções de vereadores como estão os outros oito. Os cinco que restaram, embora estejam indiciados, continuam exercendo a vereança, pois cessaram de cometer os crimes.

A coordenadora do Deotap, Danielle Garcia, mostrou que os desvios das verbas indenizatórias ocorriam de duas maneiras: através de locação de veículos, que segundo ela, nunca chegou a acontecer, e por serviços de assessoria jurídica que nunca ocorreram. Estes supostos serviços eram feitos por empresas do advogado Alcivan Menezes (que já foi vereador) e dos filhos dele, Alcivan Menezes Filho, Richard Leon Freitas Silveira e Pedro Ivo Santos Carvalho. Todos estes foram presos na quinta-feira, enca-

minhados para a delegacia, mas a Justiça lhes concedeu a prisão domiciliar.

No caso específico de assessoria jurídica, principalmente as contratadas por Agamenon Sobral e Tijó Barreto, os promotores e o Deotap foram saber quanto cobra um escritório de advocacia para o mesmo serviço. Esse valor varia entre R\$ 2 mil e R\$ 5 mil mensais, mas o escritório contratado por Agamenon cobrou R\$ 15 mil. Ou seja, o valor total da verba indenizatória. A advogada está sendo investigada.

Uma tabela apresentada pela delegada Danielle Garcia mostra, por exemplo, que os vereadores Agamenon Sobral e Adriano Taxista receberam, respectivamente, R\$ 264 mil e R\$ 240 mil para pagamento de assessoria jurídica,

mas nunca pagaram a Alcivan Menezes. Essa prática ocorreu entre 2012 e 2015 e é extensiva a todos os 15 investigados. No total, o rombo nos cofres públicos pela suposta assessoria jurídica foi de exatos R\$ 3.374.250.

Na tabela que mostra o montante gasto para locação de veículos - R\$ 1.536.000 - somente R\$ 83.091 foram pagos à Elo Consultoria entre 2012 e 2015. E um detalhe sobre essa locação: de acordo com os promotores de Justiça, todos os 50 proprietários de veículos foram ouvidos na Deotap e garantiram que jamais locaram carros para Alcivan Menezes. “O esquema da locação de carros era simples. Mas acho que eles acreditavam que quando se partisse para a investigação, alguns dos donos poderiam dizer que alugaram o carro, que poderiam simular contratos de locação. Mas foram pegos de surpresa com busca e apreensão e medidas cautelares”, explicou Henrique Cardoso.

Desdobramentos

Os dados apresentados pelos promotores e os delegados do Deotap são apenas uma parte da investigação. Segundo Henrique Cardoso e Bruno Melo Moura, outras etapas – terceira e quarta – ainda irão ocorrer. As investigações também atingirão órgãos públicos.

“Quando da busca e apreensão ocorrida na sede da Elo Consultoria, nós verificamos vasta documentação de outras autoridades, mas ela não foi apreendida porque nossa ordem de busca se tratava somente dos casos ligados aos vereadores. Nós fotografamos, temos ciência da existência dela. E por conta disso virá a terceira e quarta fase da operação Indenizar, na esfera municipal e estadual”, reforçou Bruno Melo.